Notícias - Compra de terras na fronteira pela Stora Enso é i...

‹‹ Voltar

Denúncias · Compra de terras na fronteira pela Stora Enso é investigada (21/05/2007)

A Procuradoria da República foi acionada para analisar a possibilidade de crime federal nas aquisições da empresa sueco-finlandesa na região.

Porto Alegre, RS - Demarcada a sangue nos enfrentamentos de gaúchos e castelhanos há muito tempo, defendida à lança e espada, no lombo do cavalo, a fronteira do Rio Grande do Sul pode virar palco de outra batalha, jurídica, travada por bacharéis empunhando laptops e códigos legais. O que está em discussão é a compra por estrangeiros - a empresa sueco-finlandesa Stora Enso - de grandes nacos do território gaúcho nos limites do Estado com Uruguai e Argentina.

Por solicitação do procurador regional da república Domingos Sávio Dresh da Silveira, a Procuradoria da República no Estado está entrando nessa discussão para investigar como a papeleira adquiriu 46 mil hectares de terras a fim de plantar eucalipto na fronteira do RS. Com base num memorando fornecido pela própria Stora Enso ao Ministério Público Estadual, o procurador diz que ela constituiu uma empresa com sócios brasileiros, chamada Azenglever Agropecuária Ltda., para burlar exigências legais relativas a investidores estrangeiros na região.

O objetivo da multinacional seria usar a Azenglever para adquirir terras sem precisar submeter as negociações ao Incra e ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), como exige a legislação. Segundo o procurador, "tal conduta é conhecida como utilização de ?laranja? e pode significar, em tese, pelo menos crime de falsidade ideológica".

"E é crime federal porque visa burlar a atuação de órgãos federais, Incra e CDN", acrescenta Domingos Silveira, que está pedindo abertura de inquérito policial para o caso no Ministério Publico Federal. "Em face do exposto, solicito seja dada ciência ao núcleo criminal e aos procuradores da República responsáveis pelos inquéritos públicos sobre a matéria", diz, em correspondência encaminhada ao Procurador-chefe da República no Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo Copetti Leite.

O assunto está sob análise prévia do setor de meio ambiente da Procuradoria, informou na última sexta-feira a assessoria de imprensa do órgão. Em dezembro de 2005 foi instituído um grupo de trabalho de procuradores que vem avaliando o impacto ambiental das plantações de eucaliptos em Unidades de Conservação Federal, que são bens da União, em Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Erechim, Uruguaiana e Bagé.

Inquéritos civis

Após os anúncios dos novos investimentos por grandes indústrias de papel e celulose no RS, o Ministério Público Estadual abriu três inquéritos civis, um para cada empresa - Stora Enso, Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose -, com a finalidade de investigar o processo de licenciamento ambiental dos projetos das empresas. Num memorando anexado ao inquérito, em andamento, a Stora Enso relata que vinha negociando a compra de terras em municípios gaúchos através da Derflin Agropecuária Ltda, seu braço operacional no RS.

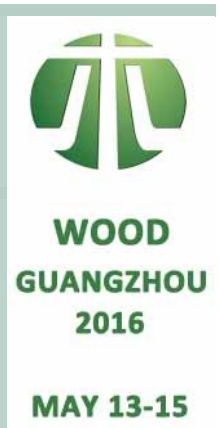
No entanto, informa o memorando, muitos destes municípios estão situados na faixa de fronteira de 150 quilômetros de largura, onde a Lei 6634/79, o Decreto 85.064/80 a Lei 5.709/71, o Decreto 74.965/74 e legislação pertinente determinam grandes limitações à presença de companhias estrangeiras. Entre as exigências, está o prévio consentimento do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em Brasília, após análise e parecer do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

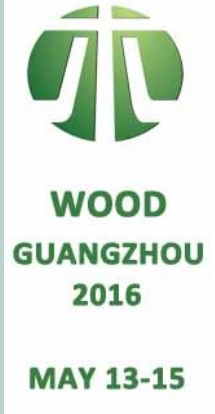
Com dificuldades para registrar em cartório as terras que comprou, a Stora Enso/Derflin decidiu passar a propriedade das mesmas para a Azenglever Agropecuária Ltda, uma empresa de pessoas físicas brasileiras residentes no Brasil, constituída ano passado. "De acordo com a Legislação Pertinente, tal aquisição de terras pela Azenglever não está condicionada a qualquer autorização do CDN", diz o memorando da empresa citado pelo procurador da república Domingos Silveira.

No mesmo documento, a SE informa que, posteriormente, vai adquirir 99,99% do capital social da Azenglever, se houver aprovação

Fonte: Ulisses A. Nenê - www.ecoagencia.com.br

Versão pra impressão | Envie para um amigo | Comentários (0)





Indústria de Papel e Celulose
Indústria Madeireira
Indústria Moveleira
Informe Publicitário
Internacional
Investimento
Investimentos
Lançamentos
Legislação
Livros
Logística
Manejo
Meio Ambiente
Mercado de Carbono
Moveleiros
Mundo Digital
Negócios
Negócios e Mercado
Notas
Oportunidade de Emprego
Polêmica
Política
Qualidade
Segurança no Trabalho
Silvicultura
Sindicatos
Socioambientais
Sustentabilidade
Tecnologia
Trabalho
Transportes
Unifloresta

Publicidade

Portal Madeira Total © 2011 | Desenvolvido por Hampla Internet